

A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA (UE)

Fernandes Antônio Schaitel ¹

Prof. Dr. Leonardo Mercher ²

RESUMO

Este trabalho analisa os motivos que levaram à decisão popular pela saída do Reino Unido da União Europeia (UE), por meio de um plebiscito, no dia 23 de junho de 2016. Para tal, considera-se os fatores geográficos, históricos, de identidade nacional e econômicos, a fim de encontrar respostas para o ceticismo britânico na união com a Europa continental. Torna-se importante entender como surgiu o Brexit e as questões pertinentes ao comportamento histórico britânico em relação aos seus pares europeus. Elenca-se sobre a relação cultural britânica, apontando a cultura Hobbesiana, que é caracterizada pela inimizade pura entre Estados, a cultura Lockean, que traz a rivalidade como característica e a cultura Kantiana, que identifica-se pela amizade. Apresenta-se brevemente sobre a fragilidade da integração Reino Unido – União Europeia, ocasionada por diversos fatores. Também, relata-se sobre o projeto de acordo de saída entre a União Europeia e o Reino Unido, de 28 de fevereiro de 2018, publicado pela Comissão Europeia. Conclui-se que a decisão britânica é resultado da soma de diversos fatores, sendo eles: históricos, culturais, identitários e econômicos. No entanto, os resultados são ainda improváveis, até a divulgação do resultado final do plebiscito, e a então saída britânica da UE.

Palavras-chaves: *Reino Unido; União Europeia; Brexit.*

¹ Acadêmico do curso de Relações Internacionais - Escola de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança,(UNINTER) de Concórdia, SC.

² Professor Me. do curso de Graduação em Relações Internacionais da Escola de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança,(UNINTER) de Concórdia, SC.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o assunto da saída do Reino Unido da União Europeia (UE), o que tem sido um objetivo político perseguido por vários indivíduos, grupos de interesse e partidos políticos desde o ano de 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE), a precursora da UE.

Contudo, este texto visa analisar e descrever os principais motivos que levaram à decisão popular pela saída do Reino Unido da União Europeia, por meio de um referendo no dia 23 de junho de 2016. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é contribuir para uma melhor compreensão ao público sobre os motivos da saída do Reino Unido da UE e expor ainda mais sobre o assunto. Objetiva-se ainda analisar as razões que explicam a postura do Reino Unido, considerando os fatores geográficos, históricos, de identidade nacional e econômicos, além de buscar encontrar respostas para o ceticismo britânico na união com a Europa continental (Wolf & Oliveira, 2016).

O presente trabalho justifica-se pela pouca difusão e conhecimento dos leitores sobre os motivos da saída do Reino Unido da UE, além de abrir os olhos para questões futuras e dos blocos em si, que se espelham no modelo da União Europeia. Entende-se que o fato pode alertar para um possível efeito cascata, influenciando outros países ao desligamento da UE, quebrando uma união resultante de lutas e conquistas ao longo do tempo.

Com o exposto, é visível a grande repercussão que essa separação tem gerado no mundo, principalmente na Europa. É perceptível que o mundo está na expectativa sobre o que acontecerá daqui para frente, se as grandes dificuldades do passado com várias fronteiras e vários problemas estão susceptíveis ao retorno, vendo que há muito a se discutir e fazer sobre a crise europeia.

Este trabalho apresenta os aspectos que caracterizam o tema exposto, estando dividido em seções. Primeiramente aborda-se os fatores históricos, culturais e geográficos que se relacionam com o Brexit. Em seguida, disserta como se deu a origem do Brexit, elencando a fragilidade da integração do Reino Unido com a UE e também sobre o respectivo acordo de saída. Por fim, elenca as variáveis explicativas identificadas ao Brexit e, faz-se algumas considerações sobre o tema.

Relações históricas, culturais e geográficas ligadas ao Brexit

Geralmente, a língua, a história comum, a religião, as formas de organização social e política darão margem para que um povo desenvolva o sentimento de pertencimento a um determinado local e a uma determinada cultura. As características mencionadas formam um arcabouço no qual um povo se verá como singular. Semelhanças com outros povos existirão, mas a ideia do único prevalecerá, sobretudo quando os interesses nacionais estão em jogo (RENNI & SANTOS, 2016).

De acordo com JATOBÁ (2013), existem dentro dos novos debates realistas, o realismo defensivo, o ofensivo e o neoclássico. Sendo assim, o realismo defensivo pode ser usado como argumento para uma possível saída de um Estado de um bloco econômico, uma vez que dadas ameaças econômicas que podem nascer em um bloco, um Estado pode buscar sua defesa através do desligamento. Cabe também a teoria ofensiva, sendo que as grandes potências têm papel fundamental nos blocos econômicos como detentores do poder e da segurança. E finalmente, a teoria neoclássica é a que mais se enquadra na possível saída, já que fatores domésticos influenciam diretamente na tomada de decisão de política externa.

Conforme relata Wendt (1999), sobre seus três conceitos de cultura de anarquia, pode-se entender que os mesmos são importantes para identificar as ações e decisões de Estados dentro de um bloco econômico. Assim como o caso da Grécia e do Reino Unido dentro da UE. O primeiro conceito, da cultura Hobbesiana, é caracterizado pela inimizade pura entre Estados. O segundo, da cultura Lockeana, pela rivalidade. Finalmente, o terceiro, da cultura Kantiana, pela amizade.

A cultura Hobbesiana dificilmente seria aplicada no contexto de integração da UE, visto que não há estado de guerra endêmico e ilimitado, nem eliminação dos Estados que não se adéquam à sua lógica. Portanto, destaca-se que Hobbes cita a situação política dentro dos Estados e nunca de uma organização internacional, a qual nem existia em sua época (Jatobá, 2013). Ao contrário, existe um debate e busca pela continuidade dos Estados agrupados pelo bloco. A cultura Lockeana caberia pouco, mas de certa forma, no contexto do bloco econômico, visto que há respeito à soberania entre Estados e, em teoria, há estabilidade da instituição do equilíbrio de poder. Porém, não por completo, já que não há legitimidade da guerra. Já a Kantiana, pode ser vista como base da cultura do bloco europeu, sendo que as regras da não

violência e da assistência mútua (Jatobá, 2013) pressupõem a essência da União Europeia e são requisitos para a continuidade de sua existência (KAGAN, 2003).

No caso da dimensão histórico-cultural, este é um fator que aproxima o Reino Unido do continente europeu em virtude do longo passado compartilhado e, principalmente, da participação nas duas guerras mundiais. Além disso, em 2015, a cultura foi apontada por 27% da população britânica como a principal área responsável pelo sentimento de europeidade (SZUCKO, 2018).

Entende-se que o regionalismo também influencia, fazendo com que aspectos similares apareçam, vendo que as similaridades socioculturais, valores compartilhados e uma identidade comum de Estados independentes geograficamente próximos, e que veem no regionalismo uma maneira de cooperar formalmente no contexto regional (ACHARYA, 2012; FAWCETT, 2008). Não obstante, o regionalismo parece, mesmo servindo à cooperação internacional, recrudescer o sentimento de singularidade, abrindo caminho para um forte nacionalismo que gera desconfiança e ceticismo na união entre países de uma mesma região (RENNI & SANTOS, 2016).

A proeminência indiscutível do Reino Unido nas relações internacionais do século XIX, tanto na dimensão das relações intraeuropeias quanto em nível global, é o resultado de uma longa transformação no perfil social, político e econômico daquele país. O país que se tornou o epicentro da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, e na primeira do século XIX foi o dínamo de expansão do liberalismo econômico, transformando-se em uma “potência diferente” (LESSA, 2011, p. 57).

Mesmo tendo participado das alianças vitoriosas nas duas guerras mundiais, o Reino Unido já era um poder declinante no final do século XIX e perderia o prestígio mundial no início do XX, quando é alcançado pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Desde então, no que concerne à política mundial, o Reino Unido vê-se diante do enorme problema que representa a discrepância entre a presunção de seu poderio político e sua força efetiva (PFETSCH, 2001). Dito isso, defendemos que a visão britânica de si mesma, apesar de estar geograficamente situada na Europa, responde a três fatores que a particularizam em relação aos demais países no cenário europeu: o insulamento, o forte senso de identidade e os valores econômicos.

O Reino Unido é um grande arquipélago com duas ilhas principais. Na maior delas estão Inglaterra, Escócia e País de Gales; na segunda maior encontram-se Irlanda do Norte e a República da Irlanda – Estado independente do Reino Unido. Ainda que eternamente alterada pelo Túnel sob o Canal da Mancha, a localização da

Bretanha como uma ilha adjacente à Europa é significativa. Historicamente, a localização das ilhas britânicas tornou-as menos suscetíveis a invasões e conquistas que suas contrapartes continentais, o que deu ao país um senso de segurança. A separação geográfica do continente europeu fez com que muitos bretões desenvolvessem um sentimento de que eles são, ao mesmo tempo, parte e não parte da Europa, um fator que tem complicado as relações do Reino Unido com seus pares europeus (KRIEGER, 2009). Logo, esse distanciamento geográfico levou a um distanciamento identitário, fazendo com que os britânicos se identifiquem mais como pertencentes à sua ilha que à Europa.

Constata-se, portanto, um forte nacionalismo do Reino Unido em relação à dimensão nacional, em detrimento de uma identificação com a União Europeia. Em pesquisas realizadas em 2015, somente 56% da população britânica declararam sentir-se cidadã da União Europeia, valor bem abaixo da média europeia, de 67%. Ademais, ao responder a pergunta, 64% dos britânicos escolheram a opção “apenas nacional”, maior valor registrado para esta opção entre todos os países-membros da União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2015, pg. 17).

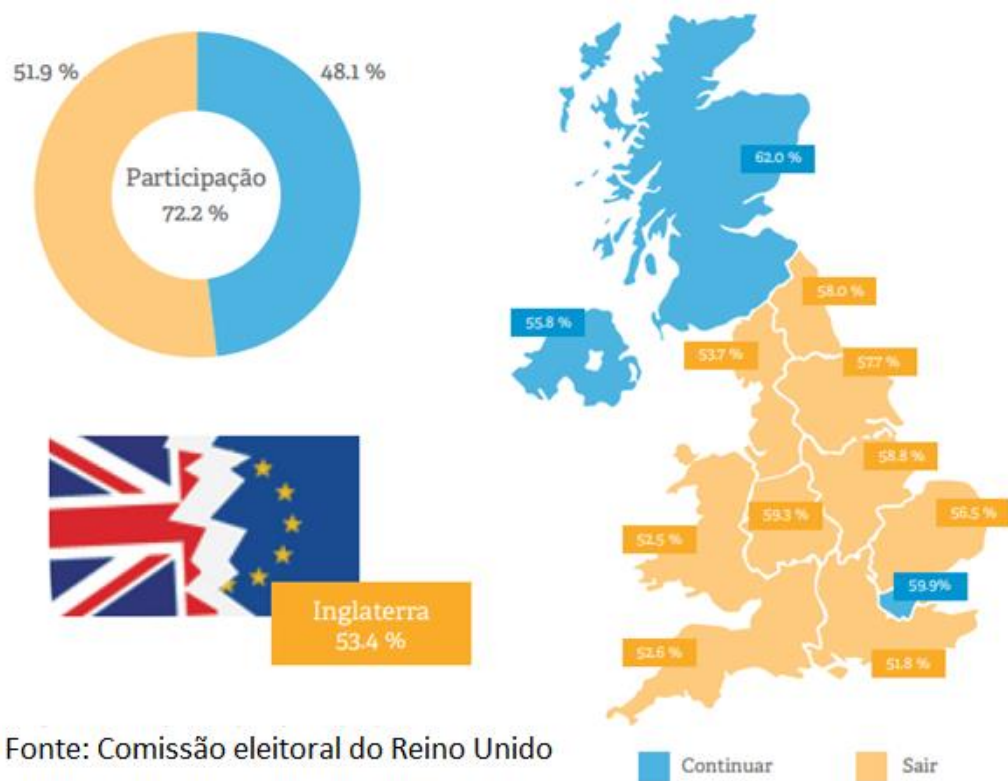
A origem do “BREXIT”

A saída do Reino Unido é apelidada de Brexit, palavra originada na língua inglesa resultante da junção das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). Destaca-se que a saída da UE é um direito dos estados-membros, segundo o Tratado da União Europeia (artigo 50): "Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respectivas normas constitucionais, retirar-se da União." Em 1975, foi realizado um referendo sobre a permanência ou não do país na Comunidade Econômica Europeia (CEE). O resultado da votação foi favorável à permanência. O eleitorado britânico foi novamente chamado a decidir sobre a questão da permanência ou não do país no bloco comum, em novo referendo, realizado em 2016. Esse referendo foi organizado após a aprovação do European Union Referendum Act de 2015 pelo Parlamento britânico. O resultado da segunda consulta foi o oposto à primeira, apresentando-se favorável à saída.

Em 23 de junho de 2016, houve um plebiscito convocado pelo então primeiro-ministro, David Cameron, para decidir sobre a permanência do Reino Unido na União

Europeia. Foi então realizada uma consulta popular vinda de uma promessa política por parte de seus esforços por uma vitória de seu partido. Conservador, Cameron era pró-UE e fez campanha pela permanência. No entanto, o "não" ao bloco político-econômico contrariou as pesquisas eleitorais e venceu nas urnas, ainda que por uma pequena margem (51.9% contra 48,1% que queriam a permanência), conforme a Figura 1. Destaca-se que a taxa de comparecimento às urnas foi de 72,2%, apresentando-se como mais alta do que nas eleições de 2015 (Nigro, 2017).

Figura 1: Reino Unido escolhe o Brexit (resultados do referendo por região)



Com a decisão pela saída, surgem dúvidas sobre como ficaria a economia e o comércio, segurança e como ficará a União Europeia, além da necessidade de soluções para o abandono do mercado único, dos novos acordos de união aduaneira, das restrições a imigração e dos britânicos espalhados pela União Europeia.

Embora a Europa seja um continente historicamente marcado por guerras e por inúmeras controvérsias e caracterizado por enorme diversidade cultural, a UE mostra que é possível cooperar em torno de um objetivo e de um compromisso comum. A integração europeia está fundada tanto em um processo de consolidação institucional como na formação de uma comunidade supranacional com valores compartilhados.

São esses motivos que a diferenciam dos demais processos de integração regional e que despertam crescente interesse por suas singularidades e pelos avanços na cooperação interestatal (SZUCKO, 2018).

Esse processo de integração traz desafios internos para sua consolidação e a construção de uma identidade compartilhada. Entende-se que é fundamental o aprofundamento das relações europeias, ao mesmo tempo em que é elaborada e reforçada paulatinamente pelos próprios avanços da integração. Isto decorre do fato de que a vontade política de ceder competências para o bloco ou compartilhá-las com ele, caso encontre respaldo na opinião popular doméstica majoritária, está intrinsecamente relacionada à existência de alguma identificação que os indivíduos, singular e coletivamente, tenham em relação à União Europeia (SZUCKO, 2018).

Logo, a solidez da identidade coletiva está fundada nas crenças quanto à eficiência do bloco em promover os próprios interesses nacionais dos envolvidos, por meio da consolidação dos processos institucionais da União Europeia. Desta forma, chega-se à compreensão de que o aspecto identitário funciona como um mecanismo aglutinador da integração regional e que a ausência ou a fragilidade deste tende a debilitar a relação entre o país e o bloco, como foi o caso do Reino Unido (SZUCKO, 2018).

Em 28 de fevereiro de 2018 a Comissão Europeia publicou o projeto de Acordo de Saída entre a União Europeia e o Reino Unido, o qual é composto por seis partes. No projeto, existem as disposições introdutórias, direitos dos cidadãos e outras questões ligadas à separação (como as mercadorias colocadas no mercado antes da data de saída), acordo financeiro, disposições transitórias e disposições institucionais (Comissão Europeia, 2018).

O projeto de Acordo de Saída está publicado em linha, em conformidade com a política de transparência da Comissão. Ainda, o projeto de Acordo de Saída no têm o intuito de dar tempo, em primeiro lugar, para consultar os Estados-Membros e o Parlamento Europeu e, em seguida, dar-se a negociação com o Reino Unido (Comissão Europeia, 2018).

Contudo, a próxima fase do projeto de Acordo de Saída será remetido ao Conselho (artigo 50.º) e ao Grupo Diretor do Parlamento Europeu sobre o Brexit, para debate, antes de ser transmitido ao Reino Unido para negociação. O Conselho Europeu por sua vez, convidou o Reino Unido a clarificar a sua posição acerca do quadro das futuras relações bilaterais, tendo em vista a reunião em março de 2018,

em que se prevê a adoção de orientações adicionais. Por fim, o Acordo de Saída global a título do artigo 50.º terá de ser celebrado pelo Conselho (artigo 50.º), pelo Parlamento Europeu e pelo Reino Unido, nos termos das normas constitucionais deste país, resultando na saída prevista do Reino Unido da União Europeia em 30 de março de 2019 (Comissão Europeia, 2018).

Variáveis explicativas identificadas ao Brexit

O movimento pela saída do Reino Unido da União Europeia não é muito novo, uma vez que o país entrou tardiamente no bloco, no ano de 1973, além de que o Reino Unido sempre teve uma posição privilegiada dentro do processo de integração europeu. Como exemplo disso, há o fato de o país não ter aceitado o euro como moeda e estipulou regras próprias em relação à imigração. Logo, isso garante exceções ao país que não são dadas a nenhum outro país europeu (MEDEIROS & CATTELAN, 2016).

A crise econômico-financeira tem seus efeitos de influência aos acontecimentos, dando a entender que o Brexit é um sintoma de uma crise global do capitalismo. Uma crise capitalista resulta do jogo de quatro contradições fundamentais, sendo elas entre capitalistas; entre capitalismo nacionais; entre capital e trabalho, ou seja, diretamente entre empresas capitalistas e classes operárias e; entre capitalismo dominantes e povos, países ou regiões dominadas (BEAUD, M. 2004, p. 201).

Politicamente falando, enfatiza-se que após a crise de 2008, houve um fortalecimento da campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia. Ocorreu o fortalecimento do Partido de Independência do Reino Unido, com caráter fortemente eurocético. O UKIP foi o maior vencedor das eleições de 2014 para o Parlamento Europeu. Para as eleições de 2015, o primeiro-ministro David Cameron adotou um discurso crítico à UE e prometeu a realização do referendo sobre a permanência do país no bloco caso vencesse a eleição. Com isso, o partido conseguiu a maioria absoluta dos assentos, e o referendo foi então realizado. Em seguida, o governo britânico, liderado por Cameron, buscou obter concessões dentro da UE e aumentar sua excepcionalidade, tendo como base o crescimento de críticas de sua população ao bloco (Medeiros & Cattelan, 2016).

Os principais argumentos elencados pelos defensores do Brexit foram: peso fiscal (recursos destinados à União Europeia poderiam ser utilizados para outros serviços públicos); excesso de regulação em diversos setores; falta de autonomia para políticas nacionais; inchaço da burocracia e; imigração. Esse último fator foi considerado o de maior peso, que se somou ao aumento no nacionalismo e xenofobia no país. Por fim, após a votação e decisão pela saída do Reino Unido da UE, consideraram-se como as principais razões para o resultado: a xenofobia; o descontentamento com as elites e governos; o nacionalismo; a aversão ao neoliberalismo; a má situação financeira; e a baixa qualidade do discurso político. Também destaca-se a falta de lideranças políticas e alternativas efetivas para o atual sistema (MCKELVEY 2016).

Contudo, muitos fatos colaboraram para que os britânicos tomassem a decisão de adoção ao Brexit. Fatores como o terrorismo, agravado com a facilidade do fluxo de pessoas decorrente do livre trânsito proporcionado pelo grande espaço europeu; os constantes fluxos migratórios, de difícil controle, e causados pela necessidade de acolhimento de refugiados; a respectiva sobrecarga do sistema de saúde causado pelo fluxo migratório; o aumento da oferta de mão de obra barata e a concorrência por postos de trabalho; os constantes envios de verbas a Bruxelas e pouco retorno financeiro convenceu as autoridades fazendárias de que tal fato era nocivo às finanças (BRITO, 2016).

Ainda, as divergências entre os povos geram e intensificam as vontades pessoais de adoção ao Brexit. Isso se explica facilmente ao perceber que as diferenças são muitas: idiomas; extensões territoriais; legislações trabalhistas; desníveis acentuados com relação à qualidade dos sistemas de ensino; disparidades gritantes em relação ao grau de competitividade das empresas de cada país; diferentes graus de aptidão ou falta dela, no tocante ao empreendedorismo; sistemas tributários mais ou menos hostis à acumulação de patrimônio; distribuição da estrutura demográfica; solidez das Finanças Públicas; entre outras (BONGARDT e TORRES, 2016).

A Xenofobia é um termo de origem grega e se forma a partir das palavras “xénos” (estrangeiro) e “phóbos” (medo). Ela significa aversão a pessoas ou coisas estrangeiras e em muitos casos, é o conjunto das atitudes associadas a conflitos ideológicos, choque de culturas ou mesmo motivações políticas. Destaca-se, portanto, que a existência de xenofobia é bastante comum na Europa, principalmente em países

onde há um grande fluxo de imigração. Alguns dias após o anúncio do resultado do plebiscito, o lado vitorioso repercutiu pelas redes sociais, com falas relacionadas a hostilização e xenofobia, especialmente destinado aos grupos de nativos descendentes de imigrantes, ou imigrantes advindos de países do antigo Império Britânico (NAGESH, 2016). Diversas manifestações pedindo a saída imediata de imigrantes foram vislumbradas pelo país, com frases como “stop immigration, start repatriation” (pare a imigração, comece a repatriação) ou “refugees NOT welcome” (refugiados NÃO bem-vindos) (BBC, 2016).

Contudo, o resultado do referendo deixou clara a demonstração da divisão interna da população e deu voz aos britânicos de base conservadora que tem seus próprios valores (que de fato não combinam com os valores da União Europeia) e que acumulava insatisfações de longo prazo (GUIMARÃES *et. al*, 2016). O Brexit é também resultado do populismo político-fiscal, nacionalismo e frustração das classes média e baixa dos países desenvolvidos com a globalização. Tais segmentos perderam empregos para imigrantes, encolheram sua renda e sofreram impactos do terrorismo. Destaca-se ainda que o voto pelo Brexit ganhou nas áreas afetadas pela globalização: desindustrializadas e que sofreram desmonte das fontes tradicionais de emprego. A maioria dos eleitores favoráveis ao Brexit queria reduzir a imigração (77%), era interiorana, mais idosa, não tinha ensino superior completo e representava classes médias e baixas com renda anual inferior a 25 mil libras, acirrando diferenças geográficas, etárias, econômicas e educacionais entre segmentos sociais e impactando nos direitos de liberdade de movimento e de livre-comércio, que tendem a beneficiar mais as classes altas e médias e desempregar a classe baixa. Tal eleitorado tem aversão tanto aos refugiados, como aos imigrantes (XAVIER, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O euroceticismo britânico é uma soma de fatores históricos, identitários e econômicos, resultando numa improvável, até a divulgação do resultado final do plebiscito, saída britânica da UE. O Reino Unido, de maneira geral, apresenta fraca identificação com a União Europeia, bem como o forte nacionalismo, o que, associado aos problemas econômicos e o crescente aumento do número de imigrantes no continente tem impulsionado a oposição à permanência do país como um membro da UE.

A fraca identidade europeia no Reino Unido relaciona-se com o posicionamento político do país de não almejar uma união cada vez mais profunda, no entanto, ainda que frágil, essa mesma identidade é responsável pela consolidação do sentimento do que é ser europeu, a partir do processo de internalização do bloco no subconsciente da população no do Reino.

Verifica-se que as razões britânicas são multifacetadas, obedecendo a motivações de cunho geográfico, que, por sua vez, implicaram numa sensação de segurança e singularidade nacional em relação ao continente europeu; a razões de caráter histórico, dada a rápida e adiantada industrialização do país, o que lhe permitiu progredir econômica e defensivamente em relação aos seus pares continentais.

Ainda, a questão identitária demonstrada neste trabalho, impacta, em alguma medida nos resultados políticos, o que pode ter um papel chave no referendo britânico. Por fim, com o exposto no presente trabalho, conclui-se que torna-se um pouco mais fácil de se compreender os fatores que têm levado à decisão do Reino Unido a sair da EU.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A. (2012) **Ideas, norms, and regional orders**. In: Paul, T.V. (ed.), *International Relations Theory and Regional Transformation* (2012) Cambridge, Cambridge University Press, pp.183-209.
- BBC. 'Voltem para casa': relatos de xenofobia inundam redes sociais após votação da Brexit. **BBC.com**, Brasil, 28 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36625173>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.
- BEAUD, M. 2004. *História Do Capitalismo: De 1500 Aos Nossos Dias*. São Paulo: Brasiliense.
- BONGARDT, A.; TORRES, F. **Brexit: uma perspectiva Europeia**. Brotéria 182, pg 451-470. Julho de 2016.
- BRITO, T. D. S. C. **Brexit, entre soberania e hospitalidade: por um horizonte ético para as Relações Internacionais**. 68 pg. IREL/UnB – Brasília, 2016
- Comissão Europeia. **Brexit: Comissão Europeia publica o projeto de Acordo de Saída por força do artigo 50.º**. Bruxelas, 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-18-1243_pt.pdf> Acesso em: 01 Mar. 2018.

EUROPEAN COMMISSION. European citizenship. *Standard Eurobarometer* 83, Spring, May 2015.

FAWCETT, L. (2008). **Regionalism in World Politics. Past and Present.** In: Kostler, A., Zimmek, M. (eds). (2008) Elements of Regional Integration. Baden-Baden, Nomos, pp.1-14

GUIMARÃES, C.; BEZIACO, M.; SEGALA, M.; RAVYÉLLI, M. **Migrações internacionais e o brexit.** LAPA- SP, 2016. Disponível em: <http://www.riobrancofac.edu.br/site/doc/simposios/2016/Migracoes-internacionais-e-brexit_Mayara-e-grupo.pdf>, Acesso em: 10 Mai. 2018.

JATOBÁ, D. **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

KAGAN, R. **O Paraíso e o Poder: A América e a Europa na Nova Ordem Mundial.** Lisboa: Multitipo Artes Gráficas, 2003. 111p.

KRIEGER, J. (2009). The Making of the Modern British State. Chapter 1. In: KESSELMAN, M. and KRIEGER, J. (2009). European Politics in Transition. Boston/Ney York, Houghton Mifflin Company.

LESSA, A. C. **História das Relações Internacionais I: a Pax Britannica e o mundo do século XIX.** 4º Ed., Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

MCKELVEY, C. 2016. "Brexit: A Sign Of World-System Crisis". **Global Learning.** Disponível em: <<http://www.globallearning-cuba.com/blogum/the-view-from-the-southuml/brexit-a-sign-of-world-system-crisis>> Acesso em: 09 Mai 2018.

MEDEIROS, K. CATTELAN, P. H. P. **O significado e os reflexos do BREXIT: Crises no centro do sistema, nacionalismos e reações aos processos de integração regional.** Boletim de Conjunta – Nerint. Porto Alegre | v.1 n. 2 | p. 1-83 | set/2016 | ISSN: 2525-5266. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/09/Medeiros-Cattelan-Significado-Brexit.pdf>> Acesso em: 08 Mai. 2018.

NAGESH, Ashitha. Is this what BAME people have to look forward to post-Brexit? **Metro.co.uk**, Londres, 25 jun. 2016. Disponível em: <<http://metro.co.uk/2016/06/25/is-this-what-bame-people-have-to-look-forward-to-post-brexit-5965720>>. Acesso em: 09 Mai. 2018.

NIGRO, C. **O referendo pela saída do Reino Unido do bloco econômico União Europeia.** Escola Castanheiras, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://novaescolaclub.org.br/sites/revista_digital/files/o_referendo_pela_saida_do_reino_unido_da_uniao_europeia.pdf> Acesso em 03 Mar. 2018.

PFETSCH, F. R. **A União Europeia**. Brasília, UnB, 2001.

RENNI, Y. S.; SANTOS, R. J. **Do insulamento ao Brexit: Raízes do Cetismo Britânico na união da Europa**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vol. V, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/27467-92577-1-PB.pdf> Acesso em: 27 Fev. 2018.

RODRIGUEZ, J. I. **União Europeia-Reino Unido: uma desconexão muito complexa**. Relatório especial. Madrid, julho 2016. Disponível em: <http://www.desarrollando-ideas.com/wp-content/uploads/sites/5/2016/07/160722_DI_Relatorio_brexit_BR.pdf> Acesso em: 01 Mar. 2018.

SZUCKO, A. S. **Saída à moda inglesa: o referendo no Reino Unido e a questão identitária na União Europeia**. 2018. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/archives/delegations/brazil/documents/press_corner/news/20151105_1/20151105_1_angelica-saraiva-szucko_pt.pdf> Acesso em: 02 Mar. 2018.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOLF, P. J. W.; OLIVEIRA, G. C. **A saída do Reino Unido da União Europeia: um revés civilizatório**. Unicamp, SP. Anuario de Integración 13, 2016. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/04/009-wolf.pdf> Acesso em: 02 Mar. 2018.

Xavier, L. N. **Euroceticismo e brexit: anti-política, nacionalismo e desigualdade na era do comunitarismo e da globalização**. Florianópolis: CONPEDI, 2016. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/02q8agmu/5vhls7cu/MIM52pyk43CPkKzw.pdf>. Acesso em: 09 Mai. 2018.